



Relatório Institucional de Atividades 2021

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
Arquidiocese de Fortaleza

Dezembro/2021

Dom José Antônio Aparecido Tosi Marques
Presidente

Pe. José Élio Correia de Freitas
Diretor

Equipe Técnica

Kelanny Oliveira de Moraes
Lucas Guerra Carvalho de Almeida
Clara de Assis Freitas da Silva
Raoni Vieira Ferreira

Voluntários

Francisca Diana Maia da Costa
Péricles Martins Moreira

DADOS DA ENTIDADE

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza – CDPDH.

CNPJ: 00.276.802/0001-29.

Endereço: Av. Dom Manuel, 339 – Centro – 60060-090 – Fortaleza- CE

HISTÓRICO

O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza/CDPDH, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, apartidária, de caráter pastoral, é constituído sob forma de associação que presta serviços permanentes e sem qualquer discriminação de raça, cor, etnia e sexo. Foi fundado em 1982, por decisão de Assembleia Pastoral da referida Arquidiocese. Essa decisão situa-se no contexto de trabalho das Comunidades Eclesiais de Base/CEBs junto à população sem-teto de Fortaleza. O movimento popular encontrava-se em plena efervescência e havia, nesta cidade, muitas ocupações de terrenos públicos e privados que não cumpriam sua função social. Nesse contexto, as CEBs refletiram a necessidade de haver um apoio jurídico à população sem-teto, que resistia no seu direito à moradia, bem como às pessoas que sofriam violações nos seus direitos tanto individuais, como o direito a liberdade de expressão, quanto coletivos, como o direito a terra e à moradia.

Desse modo, organizou-se o CDPDH que, inicialmente, atuava de forma mais incisiva nas temáticas que envolviam conflitos fundiários e questões de moradia junto às populações urbanas. Posteriormente, a instituição passou a prestar assessoria jurídica em diversos casos de violação, como, por exemplo, casos de prisões ilegais de militantes, tortura, atos de violência contra homossexuais, dentre outras violações de Direitos Humanos.

O CDPDH tem como missão contribuir para a Promoção dos Direitos Humanos, em especial o direito a Terra e Moradia da população de baixa renda de Fortaleza e sua região metropolitana, tendo em vista a construção de uma sociedade justa e solidária.

Nesta perspectiva missionária vinculada à preocupação com a terra, o CDPDH vem crescendo como referência na sociedade de Fortaleza, em especial no acompanhamento jurídico e socioeducativo dos povos indígenas, incluindo-se em importantes espaços de discussão, análises e propostas de políticas indigenistas no Estado do Ceará.

FINALIDADES ESTATUTÁRIAS

I - Assessoria política, técnica, administrativa e financeira aos movimentos sociais, organizações, grupo populares e de usuários, no fortalecimento de seu protagonismo e na capacitação para a intervenção nas esferas políticas, em particular na Política de Assistência Social; Sistematização e difusão de projetos inovadores de inclusão cidadã que possam apresentar soluções alternativas a serem incorporadas nas políticas públicas;

II - Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades e à geração de renda

III - Produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade e dos cidadãos/ãs sobre os seus direitos de cidadania, bem como dos gestores públicos, subsidiando os na formulação e avaliação de impactos da Política de Assistência Social;

IV - Promoção da defesa de direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade;

V - Formação política-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros/as e lideranças populares;

VI - Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente;

VII - Defender e promover a Ética, a Justiça, a Paz e a Cidadania conscientizando preferencialmente o pobre, o excluído dos direitos e deveres fundamentais da pessoa humana, no sentido de formar comunidades livres e solidárias;

VIII- Ser presença solidária junto aos Povos Indígenas, visando à preservação do seu direito a terra, a viver dignamente e despertar a sociedade para a identidade indígena afastando o preconceito e a discriminação;

IX- Defender o meio ambiente em todos os seus aspectos, exigindo, para tanto, a participação do poder público e conscientizando a coletividade do dever de preservá-la para as presentes e futuras gerações;

X- Assumir a defesa dos grupos comunitários oprimidos e injustiçados, atendendo aos problemas de Terra e Moradia em colaboração com outras instituições;

XI- Assessorar organizações comunitárias apoiando-as na construção de uma Sociedade Justa e Fraterna;

XII- Fomentar junto à Sociedade Civil Organizada proteção e amparo aos direitos e deveres às crianças e aos adolescentes carentes;

XIII- Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural a Grupos Indígenas, Quilombolas e Agricultores Familiares.

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as atividades do CDPDH, no ano 2021. Relata as ações dos projetos, as ações de articulação na sociedade e as ações internas institucionais, que incluem a capacitação da equipe, as reuniões com diretoria/conselho fiscal e, sobretudo, as ações de planejamentos e avaliações.

O relato se divide em 3 (três) pontos:

1. Projetos: Povos Indígenas: A resistência se constrói na luta; Crianças, adolescentes e jovens indígenas na luta pela demarcação.
2. Ações de Articulação e Controle na Sociedade em geral.
3. Ações Institucionais.

Todas essas ações constituem-se na efetivação do compromisso de nossa missão que é de contribuir para a promoção dos Direitos Humanos, em especial o direito a Terra e Moradia da população de baixa renda de Fortaleza e sua região metropolitana tendo em vista a construção de uma sociedade justa e solidária.

1. PROJETOS:

1.1 POVOS INDÍGENAS: A RESISTÊNCIA SE CONSTRÓI NA LUTA – JANEIRO A DEZEMBRO/2021

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021	Acompanhamento dos processos judiciais referentes ao Povo Tapeba, Pitaguary, Jenipapo-Kanindé, Kanindé e Anacé.	Articular as instituições para realizar a defesa processual e administrativa dos povos indígenas.	Acompanhamento realizado.
	Realização de Denúncia junto ao Movimento Nacional de Direitos Humanos visando denunciar as violações aos direitos humanos do Povo Tapeba durante a pandemia.	Denunciar as violações aos direitos humanos sofridas pelo Povo Tapeba durante o contexto da pandemia.	Denúncia realizada.
	Ato Público visando o cumprimento do Termo de Acordo Tapeba.	Denunciar o não cumprimento do termo de acordo do Povo Tapeba firmado em 19 de fevereiro de 2016. O não cumprimento coloca em risco a vida e a dignidade do Povo Tapeba.	Ato público realizado.
	Reunião em Preparação ao abril Indígena 2021 (virtual)	Realizar ações unificadas do movimento indígena cearense para o mês de abril, visando à defesa dos territórios, os direitos sociais e os direitos humanos dos povos indígenas.	Abril Indígena organizado através de ações unificadas do movimento indígena do Ceará.
	Realizado de 19 a 22 de abril de 2021 lives sobre o mês dos povos indígenas.	Foram realizadas transmissões ao vivo visando fortalecer a luta dos povos indígenas	Semana dos Povos Indígenas realizada.
	Processo dos povos indígenas do Ceara catalogados com as principais informações processuais e atualização dos mesmos. Os processos serão reunidos no site do CDPDH e subsidiará a atuação jurídica junto aos povos indígenas do Ceara.	Levantar as informações processuais dos Territórios Indígenas, favorecendo o acompanhamento processual e a incidência nos mesmos.	Catálogo realizado.

JANEIRO DEZEMBRO DE 2021	A	Realizada reunião com o movimento indígena do Ceará para apresentar o curso de extensão Povos Indígenas: Territorialidade, ancestralidade, trajetórias e resistência.	Fortalecer a luta dos povos indígenas através de um curso de extensão que visa aprofundar a formação do movimento indígena cearense.	Reunião realizada
		Foram iniciados os trabalhos do Comitê Estadual dos Processos de Demarcação Territorial do Ceará.	Encaminhar e buscar soluções para os processos demarcatórios do Ceará através de um órgão colegiado.	Comitê iniciado.
		Curso com 120 horas aula realizado pelo CDPDH em parceria com IFCE, Historiando e FEPOINCE, divididos em quatro módulos. O primeiro módulo com 11 aulas trata sobre história e ancestralidade dos povos indígenas, o segundo módulo com 10 aulas trata sobre territorialidade, o terceiro módulo trata sobre políticas sociais e o quarto módulo trata sobre as trajetórias das 15 etnias do Ceará.	Curso iniciado em abril de 2021 com 220 alunos visando aprofundar o debate e a discussão de temas fundamentais para os povos indígenas.	Curso finalizado em dezembro de 2021 com apresentações dos trabalhos dos alunos.
		Estatutos das organizações do movimento indígena atualizados e elaborados.	Contribuir no fortalecimento das organizações indígenas através da autonomia jurídica, administrativa e financeira das mesmas	Organizações indígenas regularizadas e projetos elaborados.
		Colaborar na realização de projetos para serem executados pelas próprias organizações indígenas		
		Festa do Marco Vivo	Divulgar a luta e a cultura do povo Jenipapo-Kanindé através da realização de festa tradicional do referido povo indígena, fortalecendo a espiritualidade e a luta comunitária.	Festa tradicional realizada e luta do Povo Jenipapo-Kanindé fortalecida.

	Festa da Mangueira	Divulgar a luta e a cultura do povo Pitaguary através da realização de festa tradicional do referido povo indígena, fortalecendo a espiritualidade e a luta comunitária.	Festa tradicional realizada e luta do Povo Pitaguary fortalecida.
JANEIRO DEZEMBRO DE 2021	Reuniões de acompanhamento e monitoramento da luta dos povos indígenas do Ceará. Nesse contexto, foram realizadas reuniões com povo Tapeba, Anacé, Jenipapo-Kanindé, Kanindé e Pitaguary.	Apoiar a luta dos povos indígenas acompanhados através da assessoria jurídica e comunitária.	Reuniões acompanhadas.
	Formação sobre a Tese do Marco Temporal	Formação sobre território indígena e a tese do marco temporal, visando o julgamento do STF.	Formação realizada.
	Projeto Mulheres Indígenas do Ceará: Guardiãs do território, defensoras da vida.	Formações visando o fortalecimento da luta das mulheres indígenas com palestras sobre a tese do marco temporal, legislação de proteção às mulheres indígenas e Lei Maria da Penha.	Formações realizadas.
	XXV Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará, realizada entre os dias 15 a 19 de novembro de 2021, sendo sediada na Escola Indígena Chuí, localizada na Aldeia Olho d'Água, no Território Indígena Pitaguary, em Maracanaú – CE	Discutir a conjuntura envolvendo as diversas lutas dos Povos Originários e traçar estratégias de enfrentamento as ameaças e violações dos direitos indígenas têm sido a tônica das últimas assembleias.	Fortalecimento do Movimento Indígena do Ceará
	Lançamento da Terceira Campanha pela Demarcação das Terras Indígenas do Ceará	Divulgar e fortalecer a luta dos 15 povos indígenas habitantes de 20 municípios pela regularização fundiária de seus territórios.	Campanha lançada

1.2 CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS INDÍGENAS NA LUTA PELA DEMARCAÇÃO.

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
JANEIRO DEZEMBRO DE 2021	Produção de 03 cartilhas para crianças e adolescentes indígenas com temáticas sobre a demarcação territorial. O material foi elaborado em história em quadrinhos e a partir dele também foi criada uma animação.	Dialogar sobre demarcação com às crianças e adolescentes indígenas através de um material para servir de subsídio aos professores e professoras indígenas.	Material elaborado.
	Professores capacitados através de formação online sobre o material.	Professores capacitados para utilização do material.	Professores e professoras capacitados.
	Realizar troca de experiência entre professores e professoras indígenas para a produção de material didático diferenciado. A atividade ainda não ocorreu.	Produzir material diferenciado para dialogar com as crianças e adolescentes indígenas sobre a luta territorial.	Material diferenciado produzido.
	Organizar junto com as escolas indígenas do Ceará uma semana cultural sobre demarcação territorial. Atividade está planejada para outubro de 2021.	Semana cultural incentivando as crianças e adolescentes indígenas a produzir materiais e dialogar sobre a luta territorial.	Semana cultural planejada.
	Realizados encontros sobre prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes indígenas junto ao Ministério Público do Ceará.	Dialogar sobre a proteção à criança e adolescente indígena.	Formação realizada.
	Durante o primeiro semestre do ano de 2021 ocorreram inúmeras atividades de formação para a juventude indígena sobre as referidas temáticas. Está planejado um encontro específico sobre espiritualidade para ocorrer presencial.	Fortalecer a luta e a atuação dos jovens indígenas do Ceará, através de processo formativo contínuo.	Formações realizadas.

JANEIRO DEZEMBRO DE 2021	A	Realização de live: Sarau da Juventude Indígena Conectada que trata-se de uma transmissão ao vivo apresentando a luta dos povos indígenas através da cultura e da arte.	Incentivar e apoiar as atividades culturais realizadas pelos jovens indígenas do Ceará.	Atividades culturais apoiadas.
		Apoiar a realização de Assembleia da Comissão da Juventude Indígena do Ceará. Atividade planejada para o segundo semestre de 2021.	Apoiar o encontro que ajudará no fortalecimento e na maior capilaridade do movimento de juventude indígena do Ceará.	Assembleia articulada.
		A partir da formação que ocorreu em 2020 foi formado o coletivo Juventude Indígena Conectada. Durante o primeiro semestre de 2021 ocorreram formações sobre podcast, elaboração do site e produção de conteúdo.	Formação continuada para a Juventude Indígena sobre comunicação.	Formações realizadas.
		Rede de comunicadores indígenas articulada e organizada, se reunindo quinzenalmente e elaborando e realizando atividades.	A partir de um coletivo de jovens indígenas produzir conteúdo e material sobre a luta dos povos indígenas do Ceará através das redes sociais.	Coletivo de comunicadores mobilizados e atuando na divulgação da luta dos povos indígenas do Ceará.
		Realizado questionário para monitorar as violências sofridas pelos jovens indígenas do Ceará. Esses questionários subsidiarão a elaboração do dossiê.	Denunciar as violações sofridas pela juventude indígena do Ceará.	Questionário disponibilizado.
		Durante o semestre realizados encontros sobre violações sofridas pelos jovens indígenas junto ao Ministério Público do Estado do Ceará, Defensoria	Reuniões realizadas visando encaminhar demandas da juventude indígena.	Reuniões realizadas.

		Pública do Estado do Ceará e Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Racial.	
JANEIRO DEZEMBRO DE 2021	A	Semana da Criança e do Adolescente Indígena	Semana organizada pelo CDPDH em parceria com o movimento de professores indígenas do Ceará. 18 a 22 de outubro de 2021. Com o tema: Terra para viver, brincar e ser feliz. Semana de atividades realizadas em todo o Ceará onde as crianças puderam realizar inúmeras ações de fortalecimento espiritual e territorial de seus povos.

2. AÇÕES DE ARTICULAÇÃO E CONTROLE NA SOCIEDADE EM GERAL.

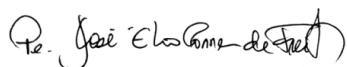
Período	Atividades	Objetivos	Resultados
JANEIRO DEZEMBRO 2021	Participação no Conselho de Segurança Pública do Estado do Ceará	Criado pela Constituição do Estado do Ceará tem como objetivo exercer o controle social em relação às políticas públicas de segurança pública.	Discutir a situação da violência e incidir na elaboração de políticas públicas de segurança, sobretudo para os públicos e populações vulneráveis.
	Comissão de Educação Escolar Indígena	Órgão consultivo e de acompanhamento das políticas públicas de educação escolar indígena.	Em 2022 será realizado concurso público específico para professor e professora indígena.
	Reuniões com Pastorais Sociais.	Reunião e articulação com as pastorais sociais; Organização e Participação no Grito dos Excluídos 21	O CDPDH participou da organização do Grito dos Excluídos 2021 que visa ressoar a voz dos excluídos e ignorados da Nação.
	Acompanhamento da situação da migração na cidade de Fortaleza através do Comitê Gestor da Casa do Migrante de Fortaleza.	Participação no Comitê de acompanhamento da casa do migrante de Fortaleza.	Acompanhar ações na defesa dos direitos fundamentais da população migrante que está no território de Fortaleza.

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021	Atendimento jurídico de população em situação de rua, migrantes, egressos do sistema prisional e pessoas encaminhadas pelas Pastorais Sociais, Ceb's e Organismos da Arquidiocese de Fortaleza.	Colaborar com a Pastoral do Povo da Rua, Pastoral do Migrante e Pastoral Carcerária.	Acompanhamento realizado.
	Campanha Elas e Eles precisam de você para se proteger.	Realização junto as Pastorais Sociais, CEBS e Organismos da Arquidiocese de Fortaleza de campanha de arrecadação de gêneros alimentícios e materiais de higiene pessoal para públicos vulneráveis durante a pandemia.	Quase 6000 Cestas doadas para famílias indígenas, migrantes, população em situação de rua, catadores e catadoras de material reciclado, pescadores e pescadoras e comunidades tradicionais, em parceria com as Pastorais Sociais, CEBS e Organismos.
	Atendimento jurídico de público ligado as pastorais sociais e movimentos ou que buscam o CDPDH para consultoria jurídica.	Oferecer informação e acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade.	Atendimento diário de pessoas que buscam o CDPDH para informações sobre processos ou situações de suas vivências.

3. AÇÕES INSTITUCIONAIS

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021	Lançamento da Campanha da Fraternidade 2021.	Apresentar a temática da CF 2021 que trata sobre vida, dom e compromisso.	Campanha lançada
	Assembleia do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza	Eleger nova diretoria do CDPDH, assim como dialogar sobre a atuação da instituição.	Assembleia realizada.
	2 Reuniões com organismos e pastorais da arquidiocese de	Adquirir recursos para doar as pessoas em situação de vulnerabilidade cestas	Entregas das cestas básicas e kits de higiene pessoal.

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021	Fortaleza	básicas e kits de Higiene Pessoal, devido à epidemia do Coronavírus.	
	Reunião com a Diretoria do CDPDH	Monitoramento das atividades do CDPDH	Maior vínculo entre diretoria e equipe técnica do CDPDH, colaborando no desenvolvimento das atividades.
	Reuniões com o Presidente do CDPDH, Arcebispo Dom José Antonio Aparecido Tosi Marques	Repasse das ações do CDPDH.	Monitoramento das ações do CDPDH.



Pe. José Élio Correia de Freitas
Diretor do CDPDH